



Área: 3859cm² / 83%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6840025

Entrevista a
Nuno Valério

**Nenhum país
da Europa
vai conseguir
dar a volta
sozinho**



Weekend
negócios

W mbstiva



Área: 3859cm² / 83%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6840025





ENTREVISTA

NUNO
VALÉRIO**Nenhum governo gosta de adotar “políticas de austeridade”,
mas não vai haver remédio**

O historiador económico Nuno Valério não tem dúvidas de que se a pandemia da covid-19 se prolongar, e não houver uma resposta concertada da União Europeia à crise, Portugal corre o risco de “voltar para o pelotão de baixo”. O impacto económico será maior, “em termos de redução da atividade económica e dos rendimentos, do que qualquer outro fenómeno que esteja na recordação das pessoas vivas”, garante o coordenador científico do Gabinete de História Económica e Social do ISEG. Nesse contexto, se as condições de financiamento se deteriorarem, o Governo não terá outra hipótese senão aplicar austeridade, mesmo que não queira.

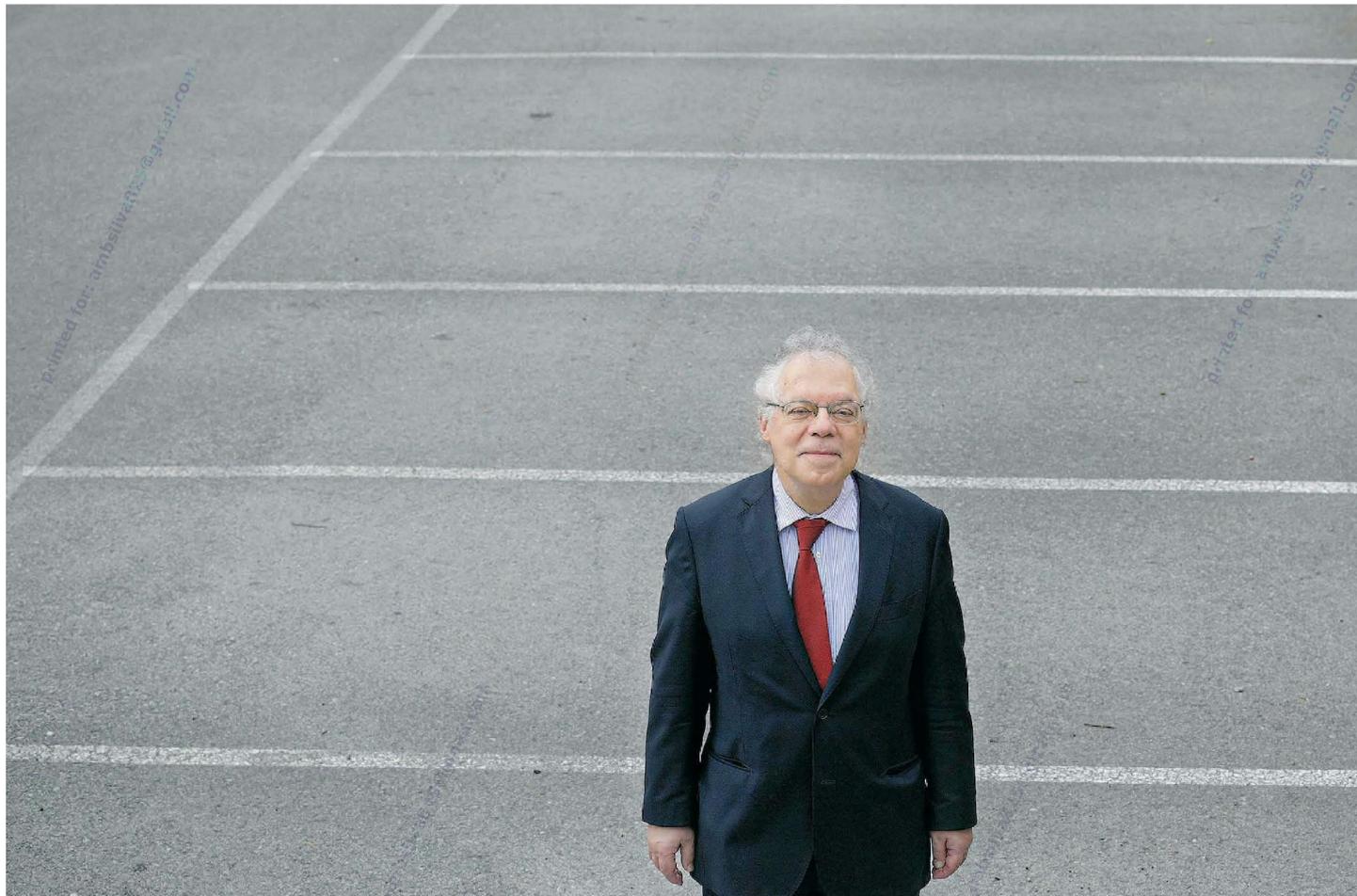


FILIPA LINO



MIGUEL BALTAZAR





A covid-19 está a ter um impacto tão devastador na economia como uma guerra?

É um impacto de natureza completamente diferente. Uma guerra, por um lado, estimula a atividade económica, porque são precisos recursos para combater e, por outro, destrói equipamentos, edifícios, estradas, destrói capital no sentido mais geral do termo. Ora, a situação de crise sanitária em que estamos tem evidentemente o efeito de morrerem pessoas, mas o impacto demográfico é minúsculo. Já o impacto económico nos países altamente desenvolvidos, particularmente na Europa e creio que será o mesmo nos Estados Unidos, é realmente muito grande. Provavelmente, o impacto económico desta crise será maior, em termos de redução da atividade económica e dos rendimentos, do que qualquer outro fe-

nómeno que esteja na recordação das pessoas vivas. A redução mais brutal da atividade económica que já estudei é a que está associada à I Guerra Mundial e depois, já no final da guerra, com a epidemia da gripe espanhola. Esse foi o fenómeno mais parecido com este que estamos a viver. Nessa altura, o efeito conjugado da guerra com todo o corte de abastecimentos que o conflito implicou e com a epidemia acabou por resultar numa redução que, pelas melhores estimativas que fiz, dão uma descida de cerca de 25% na atividade económica e no rendimento nacional. É uma coisa brutal. Mas ocorreu ao longo de um período de quatro ou cinco anos – do verão de 1914 até ao final de 1919 –, que é bastante mais extenso do que o que está a acontecer agora, em que a variação se verificou quase de um mês para o outro. Há estimativas muito diferentes sobre o que vai acontecer. Existe uma



grande incerteza quanto à redução da atividade e do rendimento nacional. Mas certamente será algo como nunca tivemos na nossa recordação viva.

As duas pandemias – gripe espanhola em 1918 e covid-19 – têm em comum o facto de serem ambas crises sanitárias.

A doença da crise de 1918-1919 foi basicamente a gripe, mas também teve associada tifo, varíola... e “apanhou” uma sociedade já muito batida pela guerra, com o rendimento do país a baixar, dificuldades de abastecimentos, etc. No entanto, o efeito isolado sobre a economia está a ser muito maior agora, porque na altura da gripe pneumónica as pessoas não ficaram em casa, não deixaram de ir trabalhar nem de fazer as atividades normais, tão normais quanto a situação de guerra permitia. Desta vez, de um momento para o outro, parte significativa da população deixou de ir trabalhar, reduziu-se muito a atividade económica, há certos setores que, pura e simplesmente, fecharam, outros mantiveram-se em atividade, mas essa atividade foi, naturalmente, muito perturbada devido a esta crise. Acho que a grande diferença é que, nesta pandemia da covid-19, aconteceu tudo muito rápido e sobre uma economia que, não estando na maior prosperidade, também não estava propriamente numa recessão, nem numa depressão. Há uma outra analogia que é possível fazer com as situações de guerra, que é a tendência para o Estado assumir uma responsabilidade na condução da sociedade e da economia, que não é habitual em tempo de paz. Porquê? Porque há um objetivo, que é ganhar a guerra, defender a pátria. E, de certo modo, o que se passou nas últimas semanas foi um bocadinho disso. O Estado, de alguma maneira, assumiu que a sociedade entendia que se devia sacrificar tudo, ou quase tudo, para achatar a curva da epidemia, reduzir o pico da infeção e assim evitar que os serviços de saúde entrassem em colapso.

O comissário europeu dos assuntos económicos, Paolo Gentiloni, afirmou que a recessão provocada pela pandemia do novo coronavírus será a mais profunda da história da União Europeia, superior à verificada em 2009.

Sim, sobretudo porque é rápida, brutal, de um mês para o outro. A crise de 2009 começou em finais de 2007 e, ao longo de dois anos, as coisas foram-se deteriorando. Se tudo correr mal, Portugal pode agora ter uma redução do rendimento comparável ao efeito conjugado da crise de 2007-2009 com a chamada crise das dívidas soberanas, vulgarmente descrita como “a intervenção da troika” em 2011. Tudo isso, acumulado, pode ser perfeitamente atingido este ano, quase de um momento para o outro. Não há dúvida de que esta é, em termos de redução do rendimento, a pior coisa que aconteceu desde que existe União Europeia. Eu iria mais longe. É a pior coisa que nos aconteceu em termos económicos desde a II Guerra Mundial e, se quiser, desde a Grande Depressão. Uma recessão tão grande como esta, só nos anos 1930. E Portugal nos anos 1930 sofreu muito menos do que, por exemplo, os EUA ou a maior parte dos países europeus.

Há economistas a defender um New Deal para a Europa. Concorda?

Num certo sentido, o New Deal já existe. É os Estados fecharem atividades económicas e darem apoio à manutenção de rendimento numa escala e com uma energia de que também não há memória desde a II Guerra Mundial. A questão que poderá estar na cabeça das pessoas é: “E agora como é que recuperamos os níveis de atividade económica, de rendimento?” Isso, obviamente, passa por uma política de estímulo à economia. É impossível pensar no restabelecimento de alguma normalidade na vida económica portuguesa enquanto houver restrições aos movimentos internacionais de pessoas. Coisa que não se verá no imediato. Depois, desde a minúscula Malta até à grande Alemanha, nenhum país na Europa vai conseguir dar a volta sozinho rapidamente. E, portanto, o que seria conveniente era haver uma atuação conjunta a nível europeu. É claro que a experiência anterior, da chamada grande recessão que começou em 2007-2009, não é nada brilhante. Fizeram-se exatamente os mesmos planos de atuação conjunta de estímulo à economia por parte dos governos, depois apoiados pelo Banco Central Europeu (BCE)



e, no fim, a coordenação foi tão boa que o resultado foi aquele que sabemos – muito pouco de estímulo efetivo através de política orçamental e a necessidade de, com grande atraso, o BCE assumir o estímulo quase exclusivamente através da política monetária. Agora tem de ser implementada uma política orçamental coordenada. Desta vez, a reação foi mais rápida, mas vamos ver se é mais bem coordenada, mais eficiente, mais eficaz.

A Europa está a ter muita dificuldade em chegar a acordo quanto a uma solução comum para reagir a esta crise.

Se não se fizer uma política minimamente coordenada e eficaz e, for cada um por si, como aconteceu na recessão de há uma dúzia de anos, o resultado é que vai demorar mais a recuperar a economia. E, se calhar, vamos ficar outra vez no pelotão de baixo.

Há quem diga que esta é uma prova de fogo para a União Europeia.

Sim, por uma razão simples. Ao longo da última década, o mau desempenho da União Europeia em responder à recessão anterior e à subsequente crise das dívidas soberanas provocou um aumento dos movimentos sociais que são antieuropeus e que se manifestaram com toda a clareza na chegada ao poder de alguns partidos que são explicitamente muito pouco simpáticos para a União Europeia. Isso foi ainda mais visível, embora até agora sem grandes efeitos práticos, na saída do Reino Unido da União Europeia. Se a resposta europeia for outra vez pouco eficiente vai reforçar estes movimentos sociais que são contra a União. Se essa imagem de ineficiência, ineficácia a responder a uma crise, se arreiga na opinião pública, obviamente, a prazo, o resultado vai ser mais antieuropeístas no poder, mais dificuldade em tomar decisões e, no fundo, isto entra num círculo vicioso de desagregação da União Europeia.

A palavra “crise” fez sempre parte da história económica de Portugal. Parece que não nos conseguimos livrar dela.

Acho que é uma visão pessimista.

Portugal teve obviamente períodos em que se desenvolveu. Nem foi só a economia a crescer, houve realmente transformações estruturais profundas. Basta compararmos o nosso rendimento médio do ano passado com o dos nossos avós há 100 anos. É uma meia dúzia de vezes mais, pelo menos. Portanto, houve períodos até relativamente longos em que Portugal era uma das economias com melhor desempenho a nível mundial. Por exemplo, ao longo do terceiro quartel do século XX, desde mais ou menos o pós-guerra até à crise dos anos 1970, foi um período de crescimento a ritmos que nunca houve em Portugal nem no resto do mundo. Portugal ficava atrás dos grandes campeões do crescimento da altura, como era o caso do Japão. Mesmo no último quartel do século XX, se olharmos para o período que se seguiu à entrada de Portugal para as comunidades europeias até ao final dos anos 1990, foi também um período de desempenho excepcionalmente bom. É evidente que nunca há situações perfeitas e, de vez em quando, há situações difíceis. Nesta última dúzia de anos, a maior parte dos anos não foram dos mais “simpáticos”. Particularmente por causa da necessidade de ajustamento na sequência da quase rutura dos pagamentos externos e da dívida pública, em 2010/2011. De qualquer forma, acho que dizer que tem sido sempre crise é um bocado pessimista demais.

É irónico que, na primeira vez que conseguimos um superavit na história da democracia, tenhamos de enfrentar uma pandemia.

É verdade. Mas é a vida.

A pandemia vai provocar um recuo na globalização.





“

É a pior coisa que nos aconteceu em termos económicos desde

a II Guerra Mundial e, se quiser, desde a Grande Depressão.

Se a resposta europeia for outra vez pouco eficiente, vai reforçar os movimentos sociais contra a União Europeia.

”



Em que outros momentos tivemos um excedente nas contas públicas? E que opções políticas foram tomadas para utilizar esse montante que “sobrou”?

No século XX, houve saldos positivos nas contas públicas nas vésperas da I Guerra Mundial, final dos anos 1920 e anos 1930, e um bocadinho nos anos 1950. São períodos curtos. A primeira prioridade quando houve excedente foi sempre melhorar a situação da dívida pública, de maneira que se melhorassem também as condições de financiamento. Obtido isso, obviamente, investe-se. E investe-se em capital físico, infraestruturas. Nos anos 1960, fez-se a ponte sobre o Tejo, que na época foi um investimento extremamente importante. Entre os finais da guerra e essa altura, fez-se toda a estrutura de barragens que abastece o país de eletricidade. E fez-se também aquilo a que poderíamos chamar de “investimento em recursos humanos”, isto é, investe-se na educação. Essa é uma política que foi extremamente importante, por exemplo, nos anos 1920, ainda no tempo da Primeira República. Mas esses saldos positivos foram sempre aproveitados para limpar dívida que vinha do passado. E reduzir os encargos de financiamentos futuros é aquilo que neste momento nos ameaça mais enquanto Estado. Nesta altura, em que Portugal se estava a financiar em condições perfeitamente confortáveis, se a situação da pandemia se prolonga, se as coisas não se resolvem em termos de algum apoio mútuo europeu, as condições de financiamento podem rapidamente deteriorar-se e, obviamente, nenhum governo gosta de fazer aquilo que vulgarmente se chama “políticas de austeridade”, mas não vai haver remédio.

O primeiro-ministro, António Costa, tem garantido que não haverá austeridade.

Nenhum governo gosta de fazer isso e todos os governos, se for preciso, fazem, porque não há outro remédio.

Portugal teve um papel importante para a globalização a partir dos Descobrimen-

tos. Essa mesma globalização está agora a ser posta em causa com a pandemia?

Em certa medida, sim. É evidente que a interdependência entre as várias regiões do mundo que existiu há 500 anos era muitíssimo menor do que a que existe agora. Mas a pandemia vai provocar um recuo. Não é credível que as coisas voltem exatamente ao que eram. Já houve uma redução dos movimentos de bens, de pessoas, de capitais. É natural e desejável que haja uma recuperação. Vamos ver se essa recuperação será completa ou se, pelo menos, restabelecerá a contribuição para o rendimento comum parecida com aquilo que existia antes. Teremos de ver como este acentuar da má relação entre os EUA e a China se repercute na União Europeia. As acusações mútuas da China e dos EUA, em geral quase desmioladas, conduziram a uma situação que, independentemente de uma parte disto ser só espetáculo, não será depois fácil recompor. As coisas ficam mesmo que tenha sido só espetáculo.

Nos momentos mais difíceis que a economia portuguesa atravessou ao longo da história, o que é que nos valeu como povo?

A imagem que existe, e que provavelmente é justa, é a de que os portugueses em geral reagem bem no curto prazo, mas não são muito bons a planear a longo prazo. Neste caso, admitindo que a prioridade deveria ser evitar o colapso dos serviços de saúde, as coisas funcionaram muito razoavelmente. Quando a questão se coloca perante recursos que existem, perante transformações estruturais que é preciso fazer, como organizar as coisas para vários anos, eventualmente até várias décadas, as coisas não costumam correr tão bem. Esperemos que, pelo menos, a conceção de uma política de recuperação seja razoável e que seja apoiada a nível europeu, de maneira a beneficiar não só Portugal como também – porque isso é absolutamente decisivo – os restantes países da União Europeia. **w**